



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA
BRASILEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Luciene Pereira dos Santos

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Luciene Pereira dos Santos

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente.
Orientadora: Prof^a. Ms. Claudiane Silva Carvalho

Brasília, 2022

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

SS237d Santos, Luciene Pereira dos
Os Desafios da Educação Especial e Inclusiva na Escola
Pública Brasileira em Tempos de Pandemia / Luciene Pereira
dos Santos; orientador Claudiane Silva Carvalho. --
Brasília, 2022.
35 p.

Monografia (Especialização - Garantia dos Direitos e
Políticas de Cuidados à Criança e ao Adolescente) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Educação Especial e Inclusiva. 2. Pandemia. 3.
Desafios . 4. Estudantes. 5. Escola Pública. I. Silva
Carvalho, Claudiane, orient. II. Título.

Luciene Pereira dos Santos

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA
ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente.
Orientadora: Prof^a. Ms. Claudiane Silva Carvalho

Aprovado em: 25/02/2022

Prof.^a Ms. Claudiane Silva Carvalho – (Orientadora)

Doutoranda em Direito
Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Bacharel em Direito
Servidora da Universidade de Brasília - UnB

Prof.^a. M^a. Flávia Ramos Cândido – (2^a Avaliadora)

Doutoranda em Educação
Mestre em Educação
Pedagoga/Psicopedagoga
Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

RESUMO

A presente pesquisa visa demonstrar o impacto que a pandemia da COVID-19 causou ao sistema educacional brasileiro, especificamente à Educação Especial e Inclusiva. Desde o início da pandemia foram estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde – OMS, iniciativas para conter o avanço da doença e uma dessas iniciativas está relacionada ao fechamento das unidades escolares, o que fez com que as escolas se adequassem ao formato de aulas remotas para todos os estudantes. Nesse sentido, o objetivo do estudo é compreender quais desafios a escola pública brasileira vem enfrentando para garantir o direito à educação dos estudantes da Educação Especial e Inclusiva, bem como apontar a percepção dos profissionais que trabalham com esse público no atual cenário. Sob essa perspectiva, o estudo foi estruturado com base na pesquisa bibliográfica e documental, de classificação exploratória e abordagem qualitativa, por meio da qual foi possível reproduzir as normativas pertinentes, o arcabouço teórico sobre a temática e retratar a percepção exposta pelos profissionais da educação do município de Palmas, que responderam a um questionário apontando todos os desafios da educação inclusiva no momento pandêmico.

Palavras-chaves: Educação Especial e Inclusiva; Pandemia; Desafios; Estudantes; Escola Pública.

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AEE Atendimento Educacional Especializado
CEI Centro de Educação Inclusiva
FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
INEP Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS Língua Brasileira de Sinais
MEC Ministério da Educação
NAAH/S Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/ Superdotação
OBEE Observatório de Educação Especial e Inclusão da Pessoa com Deficiência
OMS Organização Mundial de Saúde
ONU Organização das Nações Unidas
PAEE Público Alvo da Educação Especial
PNAE Programa Nacional de Alimentação
PNE Plano Nacional de Educação
PNEE Plano Nacional de Educação Especial
TCLE Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
UNESCO Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UFT Universidade Federal do Tocantins
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNDIME União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. METODOLOGIA.....	10
3. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: UMA NOVO REALIDADE	13
3.1 Marcos e Normativas da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.....	14
3.2. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Decreto 10.502/2020.....	17
3.3. Educação Especial face à Pandemia da COVID-19: Um comparativo dos Indicadores Educacionais segundo o Censo Escolar da Educação Básica dos anos de 2020 e 2021.	19
4. PANDEMIA DA COVID-A9 E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA EQUIPE PEDAGÓGICA.....	22
4.1 Análise e resultado das entrevistas.....	23
Considerações finais	26
Referências	29
Anexos	31

1. Introdução

Considerando a relevância do impacto que a Pandemia da COVID-19 trouxe para o sistema educacional brasileiro, torna-se fundamental refletir sobre as questões que permeiam a educação especial e inclusiva em meio à conjuntura atual. A presente pesquisa parte da necessidade de se discutir sobre o desvelamento que o cenário pandêmico proporcionou à política de educação, intensificando dificuldades, abismos e desigualdades existentes.

Nesse sentido, desde o ano de 2020, o mundo passa por um momento delicado, devido à disseminação mundial do Sars-CoV-2¹, popularmente conhecido como novo coronavírus, causador da doença infecciosa COVID-19, haja vista que esta foi declarada como pandêmica no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS. Em virtude desse panorama, a população mundial viu-se obrigada a adaptar-se a um novo modo de viver, por meio da adoção imediata de protocolos de distanciamento social e higiene, que se tornaram essenciais na tentativa de prevenir e evitar o alastramento do contágio pelo novo vírus.

Boaventura de Souza Santos, assevera que “uma pandemia desta dimensão causa justificadamente comoção mundial. Apesar de se justificar a dramatização, é bom ter sempre presente as sombras que a visibilidade vai criando” (SANTOS, 2020, p. 9).

Desse modo, todos os segmentos da sociedade viram-se obrigados a conviver em uma nova realidade que acabou provocando novos comportamentos, em que o isolamento social se tornou necessário. E, “a tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros, é isolarmo-nos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos” (SANTOS, 2020, p. 7).

De forma igual, crianças e adolescentes também foram impactadas, sendo obrigadas a adequarem-se a uma nova realidade educacional, haja vista que passaram a estudar a distância, momento que mostrou de forma mais nítida as fragilidades da educação brasileira, pois deixou claro que o acesso ao ensino remoto não é acessível a todos e jogou luz em todas as insuficiências do sistema de ensino público brasileiro.

¹ Consta que o “agente etiológico nomeado SARS-CoV-2, a qual surgiu, inicialmente, na China, em novembro de 2019 e se espalhou pelo país e pelo mundo” (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020, p. 03)

No entanto, no que concerne à perspectiva da Educação Inclusiva e da garantia do direito à educação de pessoas com deficiência, essa lacuna torna-se mais evidente. Conforme pesquisa realizada pelo Instituto Rodrigo Mendes (2020), com especialistas de todo o mundo, bem como estudos de documentos de organismos internacionais e Governos de diversos países, que construíram protocolos direcionados à educação no período pandêmico, para os quais a grande complexidade advinda do novo cenário não pode ser justificativa para que estudantes com deficiência sejam deixados de lado no acesso à aprendizagem.

A repentina transformação trouxe impactos mais severos às pessoas socialmente mais vulneráveis, e pode acabar por aprofundar o contexto de desigualdade já existente. No contexto brasileiro, podemos observar disparidades no acesso à Internet, na oportunidade de aquisição de habilidades digitais e na acessibilidade a equipamentos. Muitas crianças brasileiras sequer possuem um lugar adequado para estudar em suas casas, enquanto grande parte dos professores brasileiros não tem conhecimento técnico ou pedagógico para a implementação do ensino online e não são incentivados a fazê-lo (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2020, p.5-6).

Diante esse quadro, é possível observar que a pandemia e o isolamento social podem ter contribuído, demasiadamente, para o aprofundamento da exclusão desse segmento no sistema de ensino.

Segundo dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP, no ano de 2019 o Brasil possuía mais de 1 milhão e 250 mil estudantes da educação especial matriculados em escolas da Educação Básica. E, como é cotidianamente noticiado pelos canais midiáticos, a pandemia aprofundou ainda mais a desigualdade educacional entre os estudantes das escolas públicas e da rede privada, bem como corroborou significativamente para exclusão do sistema educacional da parcela de estudantes brasileiros menos favorecidos, o que, conseqüentemente, atinge a grande parte dos estudantes da educação pública especial.

Nesse sentido, o site da Estratégia Busca Ativa Escolar do Fundo da Nações Unidas para a Infância - UNICEF² e parceiros, traz dados sobre o cenário da exclusão escolar no Brasil e alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação, apontando que “em novembro de 2020, portanto ao final do ano letivo, 5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades

² Disponível em www.buscaativaescolar.org.br.

escolares, o que corresponde a 13,9% dessa parcela da população em todo o Brasil” (UNICEF, 2020, p. 44).

Ademais, no que se refere à inclusão, esta possibilita aos que são discriminados – seja pela deficiência, pela classe social, cor ou religião, entre outras – a garantia do direito constitucional de ocupar o seu espaço na sociedade enquanto cidadão. Assim, a educação especial e inclusiva tem como finalidade acolher todas as pessoas que possuam algum tipo de deficiência, sem exceção, sejam estudantes com deficiência física, mental ou superdotados.

De acordo com Cardoso (2003, p. 143), “a inclusão resulta de um complexo processo de integração, de mudanças qualitativas e quantitativas, necessárias para definir e aplicar soluções adequadas”. Contudo, vale salientar que falar de inclusão no Brasil, é falar de inclusão social e do direito de cidadania de todas as crianças, sem distinção.

Ressalte-se que o artigo 7º da Convenção da Organização da Nações Unidas – ONU, publicada em 2006, o qual trata sobre os direitos das pessoas com deficiência, determinou o compromisso de buscar medidas necessárias capazes de garantir às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de oportunidades com as demais.

Outrossim, de acordo com a referida Convenção, a educação somente é efetivada por meio de sistemas educacionais inclusivos, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Baseado nesse documento, o Ministério da Educação – MEC, estabeleceu no ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial – PNEE, na perspectiva da educação inclusiva, cujo objetivo foi estabelecer diretrizes que culminassem na criação de políticas públicas e práticas pedagógicas direcionadas à inclusão escolar, o que contribuiu para a reformulação do papel da educação especial, por meio da composição do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Nesse contexto, o Governo brasileiro regulamentou a Lei nº. 10.040/20, que alterou a Lei nº. 11.947/09, e passou a estabelecer normas educacionais de caráter excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública e que preveem a adoção de estratégias e critério dos sistemas de ensino durante o ano letivo afetado pela pandemia (BRASIL, 2020a).

Também o Conselho Nacional de Educação – CNE, emitiu o parecer nº 5 (BRASIL, 2020b) o qual trata sobre a reorganização do calendário escolar e cômputo das atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima

anual. Nesse documento também é esclarecido que as atividades não presenciais se aplicam aos estudantes de todas as etapas, níveis ou modalidades, inclusive aos alunos do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Sendo assim, será que a escola pública possui os aparatos necessários para atender o estudante com deficiência nesse período?

Diante do exposto, verifica-se a atualidade, pertinência e relevância da pesquisa sobre o tema para melhor compreensão da real conjuntura. Desse modo, o objetivo desse estudo é compreender quais desafios a escola pública brasileira vem enfrentando para garantir o direito à educação aos estudantes da educação especial e inclusiva, bem como apontar a percepção dos profissionais que trabalham com esse público no atual cenário.

Para alcançar o objetivo proposto pelo presente estudo, será utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, de classificação exploratória – pois apresenta as impressões dessa pesquisadora – e abordagem qualitativa, com base em entrevistas de profissionais da educação especial e inclusiva que atuam na cidade de Palmas, no estado do Tocantins.

Estruturalmente, o capítulo será organizado em seções, distribuídas da seguinte maneira: i) na primeira seção será realizado uma breve narrativa sobre os marcos e normativas da educação especial na perspectiva inclusiva, no sentido de buscar compreender o caminho percorrido que culminou no estabelecimento da legislação atual; ii) na segunda seção a análise tratará, especificamente, da Política Nacional da Educação Especial e as alterações trazidas pelo Decreto 10.502 de 2020, para que se possa ter embasamento na legislação vigente sobre a temática; iii) na terceira seção serão examinados os números referentes à Educação Especial no ensino público brasileiro face à pandemia da COVID-19 e os indicadores educacionais segundo o Censo Escolar da Educação Básica 2021 e iv) na quarta e última seção, será apresentada a análise da pesquisa qualitativa realizada com profissionais da educação inclusiva no estado do Tocantins, momento em que se buscará demonstrar o panorama observado no decorrer do período afetado pela pandemia da COVID-19 e os reflexos causados para o processo de ensino aprendizagem sob a ótica da equipe pedagógica responsável pelo progresso e desenvolvimento educacional dessa parcela de alunos.

2. Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto do presente estudo, será utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental exploratória³ de abordagem qualitativa. Ademais, Lakatos e Marconi (2001, p. 86) ressaltam que a pesquisa bibliográfica, em livros, artigos, dissertações, periódicos, entre outros, tem significativa importância para explicar um assunto, “a partir de referências teóricas, as quais já foram publicadas”. Notadamente, a pesquisa científica apresenta várias modalidades, sendo uma delas a pesquisa bibliográfica que será utilizada no presente capítulo, expondo todas as etapas que devem ser seguidas na sua realização.

Lima e Miotto (2007, p. 38) consideram que “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, trata-se de um levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que orientará o trabalho científico, sendo necessários dedicação, estudo e análise pelo pesquisador executor do trabalho científico, o qual tem como objetivo reunir e analisar os conteúdos publicados, essenciais para apoiar o trabalho científico.

Gil (2002, p. 44), considera que a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Severino (2007, p. 122), corrobora com essa ideia ao afirmar que a pesquisa bibliográfica se realiza pelo: “[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.”.

Além disso, far-se-á necessário, o uso do questionário como instrumento de coleta de dados, estruturalmente organizado com três perguntas abertas e cinco fechadas direcionadas à equipe pedagogia que trabalha com a educação especial e inclusiva em escolas do município de Palmas, capital do estado do Tocantins. Sobre a utilização de questionários em pesquisas científicas, Gerhardt e Silveira consideram como:

Um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder

³ Segundo Gil (2002, p.41), as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, em vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses , inclui levantamento bibliográfico e entrevistas.

compreenda com clareza o que está sendo perguntado (GERHARD; SILVEIRA, 2009, p. 69).

Dessa maneira, com a escolha dessa metodologia, busca-se obter informações e dados sobre o objeto de estudo pesquisado, que sejam capazes de alcançar os objetivos propostos, bem como responder a problemática levantada.

Quanto às características das pesquisas explanatórias, Gil (2002, p. 41), considera que esse tipo de pesquisa “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema em vistas a torná-los mais claros ou a construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico e entrevistas”.

Por outro lado, em relação a abordagem qualitativa, Minayo descreve que:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21).

Entretanto, quanto ao desenvolvimento da pesquisa contaremos com as contribuições de alguns teóricos que discorrem sobre a referida pesquisa proposta como: Santos (2020), Mendes (2020); dados e relatórios de órgãos oficiais do governo como INEP, Instituto de Geografia e Estatística - IBGE, Ministério da Educação - MEC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Instituto Rodrigo Mendes, UNICEF, dentre outros.

A partir das análises bibliográficas e documental, serão realizadas três etapas para pesquisa como a coleta de dados, “cujo objetivo é obter informações da realidade” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 97); organização e sistematização dos dados e fontes estudadas e; análise dos dados, sendo um meio para identificar a pertinência e relevância da pesquisa para que esta possa contribuir de forma significativa para a produção de novos estudos sobre a temática, além de apresentar dados atualizados sobre a educação especial e inclusiva.

Sobre tal relevância, Campos discorre o seguinte:

[...] talvez a fase de analisar os dados, na execução de uma pesquisa científica, seja um dos momentos mais nevrálgicos e a escolha do método ou da técnica para a sua realização necessite dos pesquisadores muita atenção e cuidado. Essa escolha realmente tem que ser adequada e proporcionar a exploração dos dados em toda a sua riqueza e possibilidade (CAMPOS, 2004, p. 611).

Dessa maneira, compreende-se que a etapa de análise de dados em uma pesquisa científica é de grande relevância, e possibilita ao pesquisador transformá-

los em informações capazes de responder a problemática levantada, bem como busca alcançar os objetivos propostos no estudo.

3. Educação Especial Inclusiva em tempos de Pandemia da COVID-19: uma nova realidade

Inesperadamente, a pandemia da COVID-19 provocou grandes transformações na vida das pessoas de todo o mundo. O seu avanço obrigou a sociedade a adequar-se a uma nova realidade adotando medidas de prevenção – como aumento da prática de higiene e o uso de máscaras faciais – as quais visavam evitar a disseminação do contágio pelo novo coronavírus. Além do mais, países do mundo inteiro adotaram medidas de isolamento social ou “*lockdowns*” como maneira de desacelerar a curva de contágio e não colapsar os sistemas de saúde.

A organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2020) apontou em seu site, na data do dia 14 de abril, que milhares de estudantes foram impactados pelo o fechamento de instituições escolares em mais 192 países, em decorrência da pandemia naquele ano, criando barreiras para o acesso à educação, provocando grandes impactos na vida escolar de professores e estudantes. Nesse cenário, no Brasil, instituiu normativas⁴ que previam a substituição das aulas presenciais pelo meio remoto, através de ferramentas tecnológicas e digitais.

Assim, considerando que o ensino remoto chegou de maneira inesperada e sem planejamento – levando professores e estudantes a se adaptarem rapidamente a esse novo modelo – a realidade para a educação especial e inclusiva tornou-se ainda mais complexa.

Magalhães (2020) considera que o impacto das mudanças causadas pela pandemia a esse público é enorme, visto que no momento em que muitos estudantes passam por perdas bruscas no desenvolvimento e na aprendizagem. As pessoas com deficiência são ainda mais prejudicadas, pois o “simples fato de estar na escola possibilita ganhos extremamente importantes em vários aspectos de suas vidas” (MAGALHES, 2020, p. 214).

⁴ Regidas pelas Portarias n.º 343/2020 (BRASIL, 2020a), n.º 376/2020 (BRASIL, 2020d) e n.º 544/2020 (BRASIL, 2020h) que preveem a substituição, ou seja, a continuidade das aulas, antes presenciais, por meios tecnológicos digitais; e a Medida Provisória n.º 934/2020 (BRASIL, 2020c).

Destarte, conhecer a trajetória legal e o arcabouço teórico que abarca a Educação Especial e Inclusiva se faz necessário e, portanto, tal assunto será trabalhado nas subseções seguintes.

3.1 Marcos e Normativas da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

No Brasil, a Educação Inclusiva surgiu em períodos distintos, sobretudo a partir da década de 90 do século passado, com a criação da Secretaria Nacional de Educação Básica, incumbindo-se da implementação da Política de Educação Especial. No entanto, com a realização da Conferência Mundial de Educação Especial promovida pela UNESCO, em Salamanca, Espanha, no ano de 1994, foi elaborado um documento intitulado Declaração de Salamanca, cujo objetivo foi nortear e definir políticas, princípios e práticas da Educação Especial, inspirando a construção de políticas públicas voltadas para o segmento.

Conforme esse documento, é possível destacar que:

Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes (Declaração de Salamanca, 1994, p. 33).

Em virtude disso, Santos e Teles (2012) discorrem que:

Como ponta pé inicial para uma nova visão de educação para pessoas com deficiência em 1994, foi promovida pelo governo da Espanha em parceria com a 81 UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que acabou resultando em um dos documentos mais importantes para a promoção da educação Inclusiva em todo o mundo foi intitulada a Declaração de Salamanca, que vai nortear caminhos e atitudes para se desenvolver uma educação de qualidade para todos os indivíduos. (SANTOS; TELES, 2012, p. 81).

Outrossim, a partir da Declaração supracitada, o Brasil publicou a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994, on-line), que objetivava a garantia do atendimento educacional às “[...] pessoas portadoras de deficiência, condutas típicas (problemas de conduta), e de altas habilidades, assim como orientar todas as atividades que garantem a conquista e permanência de tais objetivos”.

Góes (2009, p. 24), destaca que tal política se encontra fundamentada na “Constituição Federal⁵, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Plano Decenal de Educação para Todos e no Estatuto da Criança e do Adolescente”. Por outro lado, Garcia (2004, p. 82), observa que esta foi baseada no princípio da integração, quando determina que o atendimento dos estudantes seja realizado “preferencialmente na rede regular de ensino”, o que deixa explícito que a Política não buscou estimular reformulações das práticas educacionais que visassem a valorização dos diversos potenciais de aprendizagem do ensino comum, abarcando apenas a responsabilidade da educação desse público de forma exclusiva no âmbito da educação especial.

Adiante, em 1996, estabeleceu-se a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional- LDB, Lei nº 9.394/96, que, em seu artigo 59 passa a preconizar que os sistemas educacionais têm o dever de assegurar o atendimento aos alunos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, bem como recursos educativos e organizações específicas capazes de atender suas necessidades. Ademais, a referida lei atribuiu às redes de ensino o dever de disponibilizar todos os recursos necessários para o atendimento igualitário entre os estudantes com necessidades educacionais especiais e aos demais estudantes.

Nos anos seguintes, foram surgindo novas normativas que foram desenhando a Política Nacional da Educação Especial – PNEE, até que chegasse à estrutura atual. Em 1999, constituiu-se o Decreto nº 3.298, que delibera sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, definindo a educação especial como uma modalidade transversal alcançando todos os níveis e modalidades de ensino, reforçando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Em 2001, foi a vez da Resolução CNE/CEB nº 2, instituir as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, na qual estabelece que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos e as escolas devem organizar-se para atender esses estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes as condições necessárias para uma educação de qualidade. No mesmo ano foi criado o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº. 10.172, no qual enfatiza que “o grande avanço que a década deveria produzir seria a construção de

⁵ A Constituição Federal garante, na lei 9.394/96, inciso IV, artigo 208, que na existência de alunos com necessidades especiais, as instituições devem fornecer o auxílio técnico necessário para que o direito à aprendizagem seja assegurado (BRASIL, 1988).

uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” (BRASIL, 2001, on-line).

Na perspectiva da Educação inclusiva, em 2002, instituiu-se a Resolução CNE/CP nº1/2002, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, com curso de licenciatura, em nível superior. Em consequente, é publicada a Lei nº 10.436/02 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, reconhecendo-a como língua legal de comunicação e expressão, devendo integrar o currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

Nesse mesmo sentido, publicou-se a Portaria MEC nº. 2.678/2002, a qual aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino e a difusão do Braille em todas as modalidades de Educação, um grande avanço para os sistemas de ensino brasileiro.

Em 2003, o MEC elabora o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade – com o intuito de dar suporte às mudanças ocorridas nos sistemas de ensino e em sistemas educacionais inclusivos – capaz de garantir o acesso de todos a escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado, garantindo acessibilidade e buscando promover a formação de professores para atuar na difusão da Educação Inclusiva.

Em 2004, foi a vez do Ministério Público Federal publicar o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, que reafirma o direito à escolarização de alunos com e sem deficiência no ensino regular.

No ano seguinte, em 2005, é implantado os Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal, objetivando o atendimento educacional especializado, bem como a orientação às famílias e a formação continuada aos professores, constituindo-se uma organização da política de educação inclusiva de forma a garantir esse atendimento aos alunos da rede pública de ensino.

Em 2006, a ONU aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário, estabelecendo que os Estados-partes têm o dever de assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que potencializem o desenvolvimento de cunho acadêmico e social alinhado a meta de inclusão plena, por meio de medidas conforme está estabelecido em seu artigo 24:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (ONU, 2007, p.28).

Ainda em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO, lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, cujo objetivo principal, dentre outras ações, é fomentar no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência, além de desenvolver ações afirmativas que culminem na inclusão, acesso e permanência na educação superior.

E, em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, por meio do o Decreto nº 6.094/07, na qual reafirma através da Agenda Social de inclusão das Pessoas com Deficiência, em que seus eixos tratam sobre a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

3.2. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Decreto 10.502/2020

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é resultado de amplo processo de discussão promovido pelo Grupo de Trabalho – Portaria Ministerial nº 555/2007⁶, constituído por professores pesquisadores da área da educação especial, sob a coordenação da Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC, e tem como objetivo:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, online).

⁶ Disponível em: www.portalmec.gov.br

Para Machado e Vernick (2013, p. 57), a referida Política “traz subjacente a ideia de que a educação inclusiva, fundamentada na concepção de direitos humanos” o que segundo as autoras corrobora para uma “ação cultural, social e pedagógica, uma ação política, promotora de uma educação de qualidade para todos os alunos” (MACHADO; VERNICK, 2013, p. 57).

Partindo desse viés, a Lei 13.005/2014, aprovou o novo Plano Nacional de Educação – PNE, estabelecendo 20 Metas educacionais que deverá ser atingido pelo Estado, dentre estas a de nº 4 contempla a Educação Especial:

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, o atendimento escolar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, on-line).

Diante disto, ao universalizar a educação escolar ao público alvo da educação especial, o Brasil atende o compromisso assumido quando ratificou a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006) e passa a viabilizar por meio das condições favoráveis criadas a partir da PNEE (2008a), do financiamento da educação especial previsto no âmbito do Fundo Nacional da Educação Básica – FUNDEB e das Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (Resolução CNE/CEB nº 4/2009).

Todavia, no dia 30 de setembro de 2020, foi assinado o Decreto Presidencial nº. 10.502, instituindo a nova Política Nacional de Educação Especial, em substituição à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, causando muitas críticas da comunidade científica. Entidades como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, o Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE) e ao AcolheDown manifestaram-se e consideraram que a nova Política traria um grande retrocesso e enormes perdas para o segmento, o que as levou a emitir uma Nota de repúdio⁷ contra o referido Decreto.

⁷ Disponível em: www.abrasco.com.br

3.3. Educação Especial face à Pandemia da COVID-19: Um comparativo dos Indicadores Educacionais segundo o Censo Escolar da Educação Básica dos anos de 2020 e 2021

Realizado anualmente sob coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o Censo Escolar⁸ é uma pesquisa estatística, realizada em parceria com as Secretarias municipais e estaduais de educação e diretores de escolas públicas e privadas. Ademais, o Censo Escolar apresenta um panorama da Educação Básica por escola, cujo objetivo é trazer informações que desvele a real situação do sistema educacional do país.

Dentre os dados aferidos estão os seguintes: socioeconômicos, estruturais, nível de escolarização dos profissionais, jornada escolar, rendimento (aprovação e reprovação), movimento (transferência e abandono), faixa etária dos estudantes, número de atendimento educacional especializado, entre outros. No que concerne aos dados do Censo Escolar, caracterizam-se como fontes de informações que apresentam uma visão geral e por escola, da educação, possibilitando a identificação de problemas que precisam ser solucionados em determinadas localidades e/ou em nível nacional.

Sendo assim, segundo o INEP o Censo Escolar é uma “ferramenta utilizada pelo MEC para o planejamento estratégico futuro e mapeamento de toda a Educação Básica”, uma vez que suas informações são essenciais para embasar a criação de programas para repasse de recursos, dentre os quais cita-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB⁹, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, transporte escolar, livro didático, dentre outros.

⁸ Os principais objetivos do Censo Escolar são: reunir informações para a elaboração de análises e descrições do Sistema Educacional Brasileiro. Obter informações sobre a Educação Básica, para subsidiar a elaboração, o planejamento, a execução e o acompanhamento de políticas públicas educacionais. Coletar os dados necessários para o cálculo dos coeficientes para a distribuição dos recursos do Fundeb. Produzir, com os dados coletados, indicadores educacionais comparáveis internacionalmente, contribuindo para a discussão sobre a qualidade da Educação Básica. Permitir e facilitar o controle social realizado pela sociedade civil.(BRASIL, 2015, p. 45).

⁹ Trata-se um fundo especial de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ouprograma/sobre-o-fundeb>. Acesso em: 01 fev. 2022.

Em relação ao Censo Escolar 2021, em janeiro do corrente ano, o INEP divulgou o resultado da primeira etapa do levantamento, na qual aferiu-se que, em 2021 foram contabilizadas 46,7 milhões de matrículas na educação básica no Brasil, constando um recuo de cerca de 627 mil matrículas, se comparado ao ano de 2020. O quadro a seguir demonstra de forma mais clara esses dados.

Quadro 1 - Comparativo dos números de matrículas da educação básica:2020/2021.

Ano	Rede Particular	Rede Pública	Total
2020	8.791.186	38.504,108	47.295.294
2021	8.136.345	38.532.056	46.668.401

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep/Censo Escolar 2020/2021¹⁰

Diante disto, nota-se que maior recuo ocorreu na rede particular de ensino, que pode estar diretamente relacionado com a crise econômico-financeira provocada pela COVID-19 na vida dos brasileiros, devido a vários fatores como desemprego, ou a diminuição de renda. Acosta (2021), salienta que:

As infecções reduzem a oferta de trabalho e a produtividade, enquanto bloqueios, fechamentos de empresas e distanciamento social também causam interrupções no fornecimento. Do lado da demanda, as demissões e a perda de renda por morbidade, quarentena e desemprego e a piora das perspectivas econômicas reduzem o consumo das famílias e o investimento das empresas (ACOSTA, 2021, p. 27).

Por outro lado, no que se refere a Educação Especial, o Censo Escolar demonstrou um leve crescimento no ano de 2021, no comparativo com o ano anterior. Segundo dados do Inep, as matrículas desse segmento aumentaram em todas as etapas (infantil, fundamental e médio), tanto nas classes especiais como nas comuns. Os quadros a seguir, demonstram esses dados conforme cada modalidade de ensino.

Quadro 2 - Comparativo dos números de matrículas de estudantes na modalidade de Educação Especial na educação infantil: 2020/2021.

Ano	Classes Comuns	Classes especiais ou escola exclusivas	Total
2020	102.996	7.702	110.69
2021	106.996	7.905	114.90

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep/Censo Escolar 2021.

¹⁰ Disponível em: www.gov.br/inep

Conforme demonstrado no quadro acima, no que se refere ao ano de 2021, observa-se que ocorreu um leve crescimento, se comparado com o ano de 2020.

Quadro 3 - Comparativo dos números de matrículas na Educação Especial no Ensino Fundamental: 2020/2021.

Ano	Classes Comuns (inclusiva)	Classes especiais ou escolas exclusivas	Total
2020	824.076	87.430	911.506
2021	840.295	88.064	928.359

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep/Censo Escolar 2021.

Em relação ao ensino fundamental, o quadro 3 apresenta um demonstrativo do crescimento referente aos anos analisados. Por outro lado, no ensino médio nota-se que ocorreu um crescimento mais acentuado, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4 - Comparativo dos números de matrículas na Educação Especial no Ensino Médio: 2020/2021

Ano	Classes Comuns - inclusiva	Classes especiais ou escola exclusivas	Total
2020	147.545	968	148.513
2021	172.897	1.038	173.935

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep/Censo Escolar 2021.

Por outro lado, conforme se observa nos dados apresentados, é possível observar uma disparidade em relação ao número de matrículas efetuadas na educação infantil e fundamental para o ensino médio, o que evidencia que um número considerável de estudantes com deficiência não avança para a última etapa da educação básica no Brasil. Garcia et al, considera que:

Entre os fatores que contribuem para essa desigualdade destaca-se a própria estrutura do Ensino Médio – que em muitas instituições ainda está associado a uma formação medida apenas pela produtividade intelectual ou profissional. Como consequência, falta espaço nos currículos para uma preocupação devida com a inclusão. Somam-se a isso os problemas já conhecidos de infraestrutura escolar voltada ao atendimento a esses alunos, comuns em todas as etapas da Educação Básica (GARCIA et al, 2016, p.1005).

No entanto, considerando os dados apresentados no Censo Escolar 2021(INEP)¹¹, observa-se que em alguns estados brasileiros o percentual de alunos

¹¹ Estados que conseguiram atingir 100% de alunos da educação especial (classe comum) no ensino médio, conforme dados do Censo Escolar 2021, disponibilizados no site do Inep: Mato Grosso, Mato

de educação especial (classe comum), inseridos no ensino médio chega a 100%, como foi o caso do Estado do Tocantins. De tal análise é possível inferir que, paulatinamente, a inclusão do estudante da educação especial está se configurando como uma realidade. Todavia, é importante frisar que existem inúmeros fatores que podem refletir na permanência do estudante com deficiência na escola, contribuindo para que os números de matrículas muitas vezes, por conseguinte, não sejam um meio para permanência desses estudantes na escola. Dentre estes fatores, cita-se a falta de condições físicas, materiais e ambientais na sala de aula; a falta disponibilização de equipamentos e materiais específicos necessários; de meios de comunicações adequados, a falta de acesso às tecnologias assistivas¹², dentre outros, contribuindo para aumento da evasão escolar nesse segmento.

Nesse sentido, na seção seguinte será realizada uma análise por meio da pesquisa qualitativa, com profissionais da educação inclusiva da cidade Palmas, capital do estado do Tocantins, na tentativa de colher elementos que demonstrem como a pandemia da COVID-19 refletiu no desenvolvimento educacional dessa parcela de estudantes.

4. Pandemia da COVID-19 e seus Reflexos na Educação Especial e Inclusiva: Uma Análise sob a ótica da Equipe Pedagógica

Nos últimos dois anos em virtude da pandemia da COVID-19, grandes transformações ocorreram no sistema educacional brasileiro. Ademais, o cenário pandêmico - que mudou o mundo - não impactou somente na saúde dos estudantes, mas também no aprendizado nesse segmento. Desta forma, com as instituições escolares fechadas, devido ao período de isolamento social, as escolas passaram a oferecer o ensino remotamente ou a distância, por meio de plataformas digitais, que se tornaram um facilitador para o processo de ensino aprendizagem dos estudantes.

No que concerne aos profissionais de educação de todos os níveis e modalidades, esses tiveram que se adaptar à nova forma de ensinar, passando a

Grosso do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Amazonas, Paraná, Amazonas, Acre e Rondônia. (INEP, 2022).

¹² São exemplos de tecnologia assistiva na escola os materiais escolares e pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para mobilidade, localização, a sinalização, o mobiliário que atenda às necessidades posturais, entre outros.

contar com o apoio de pais e responsáveis¹³ como aliados no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Diante do imperativo para atuar com o “ensino remoto”, a educação formal, personificada nos professores, precisou responder positivamente à demanda por uma rápida adaptação, pela transformação de sua prática. Essa, que transcorria em um ‘ambiente propício ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem’, com a urgência imposta pela situação sanitária, adentrou no ‘ambiente de educação informal’, reclamando a efetiva participação da família (HONORATO; MARCELINO, 2020, p. 211).

Destarte, em meio a suspensão das aulas presenciais, a Secretaria de Educação do Município de Palmas -TO, criou a ferramenta on-line denominada Palmas Home School¹⁴, com o objetivo de minimizar os danos causados pela pandemia e garantir a rotina educacional do estudante no período em que as escolas se encontravam fechadas. Nesses moldes, os profissionais da rede municipal de ensino assumiram o desafio de ensinar nesse novo modelo de ensino.

Assim, o presente estudo foi realizado com o objetivo de compreender os reflexos que a pandemia da COVID-19 provocou na modalidade de educação especial e inclusiva, por meio das percepções da equipe pedagógica. A pesquisa contou com um questionário estruturado com cinco perguntas fechadas e três abertas, para o qual os respondentes eram profissionais da área, que trabalham em escolas do município de Palmas e atendem a esse público específico.

4.1 Análise e resultado das entrevistas

Conforme informado no tópico anterior, o instrumento de coleta de dados da pesquisa propriamente dito, foi um questionário estruturalmente organizado com perguntas fechadas e abertas direcionadas aos profissionais da equipe pedagógica que atuam na educação básica, na modalidade de educação especial da rede

¹³ “A família, como responsável pela educação das crianças, deve participar ativamente, do seu processo de desenvolvimento” (GONÇALVES, 2019, p. 48).

¹⁴ Trata-se de uma ferramenta criada pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED para que os estudantes do município mativessem a rotina de estudos no período de suspensão das aulas. A Portaria GAB/SEMED de nº 0346, publicada no Diário Oficial do município no dia 03 de junho de 2020, na qual é instituída Comissão Especial para coordenar as ações educacionais na Rede Municipal de Ensino de Palmas, no período de suspensão das aulas e enquanto durar a pandemia do coronavírus (COVID-19); PORTARIA/GAB/SEMED Nº 0033, de 22 de fevereiro de 2022, aprova a Instrução Normativa nº 001/2021, que dispõe sobre Regime de Trabalho Remoto/ Home Office e outros procedimentos relativos ao Plano de Ação de Retomada das Atividades Escolares, na Rede Municipal de Ensino de Palmas, enquanto durar a pandemia do coronavírus (COVID-19).

municipal de educação, da cidade de Palmas, estado do Tocantins, sendo que as informações foram coletadas no período de 23 a 25 de janeiro de 2022. Os respondentes participantes da pesquisa, apresentam os seguintes perfis: sexo feminino, com idade entre 27 e 48 anos. Ocupam os cargos de: professoras, atuando em salas comuns; professoras de salas de atendimento educacional especializado; diretora do Centro de Educação Inclusiva do município.

As informações pessoais dos profissionais respondentes, foram mantidas sob sigilo, sendo que serão identificados nesta pesquisa por meio de códigos, conforme a ordem de devolutivas, por exemplo: P1, P2, P3... e assim sucessivamente. A ordem da entrevista foi de acordo a disponibilidade do profissional, sem ter qualquer relação com nível de escolaridade ou cargo que ocupa.

Vale ressaltar que, a entrevista foi realizada respeitando os fundamentos éticos exigidos, sendo que todos os respondentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, enviados via e-mail, sendo esclarecido sobre todos os possíveis benefícios, riscos e procedimentos que seriam realizadas e fornecidas todas as informações pertinentes à pesquisa.

Sobre os questionamentos de caráter fechado, perguntou-se aos integrantes da equipe pedagógica sobre o tempo de atuação dos profissionais na educação especial, momento em que 10% responderam que atua havia menos de 3 anos; 20% atua entre 3 e 5 anos; 40% atua entre 6 e 10 anos e 30% atua há 12 anos ou mais.

No que se refere ao tipo de sala de aula onde esses profissionais estão inseridos, verificou-se que 60% dos respondentes declarou atuar em sala comum, ou seja, sem adaptações inclusivas na infraestrutura. Tal fato demonstra a importância e a necessidade da inclusão escolar da pessoa com deficiência nas instituições de ensino regulares, haja vista que a inclusão traz a possibilidade de desenvolvimento socioemocional entre os estudantes, além de fomentar o debate sobre o grande valor do respeito às diferenças para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Quanto ao acesso à rede de internet, quase a totalidade dos respondentes declararam que esse é disponibilizado pelas unidades escolares para o desenvolvimento das aulas on-line, o que contribui de maneira efetiva para o desenvolvimento das atividades junto aos estudantes. Nesse sentido, cabe destacar que o levantamento feito pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, com apoio do Instituto Itaú Social e do UNICEF apontou que acesso à

internet, juntamente com a infraestrutura escolar, foram os maiores desafios das redes municipais de educação em 2020¹⁵.

Em relação as principais dificuldades que os profissionais encontraram para desenvolver seu trabalho, a grande maioria considerou que atender às especificidades de cada aluno e estimular a participação dos estudantes caracterizam-se como os principais desafios em tempos de pandemia. Por outro lado, sobre as principais barreiras encontradas pelos alunos e alunas da educação especial na pandemia, os respondentes apontaram que a falta de acesso à internet, alteração da rotina, a falta de recursos digitais como celular ou computador e o ambiente inadequado configuram-se, segundo os próprios estudantes, como os principais fatores.

Sob essa perspectiva, Carvalho e Costa apontam o seguinte:

Diante desse quadro, muitos estudantes estão enfrentando dificuldades para continuar com o devido acesso ao ensino escolar, sobretudo alunos da rede pública e com vulnerabilidade socioeconômica, especialmente os que pertencem às classes D e E, os quais sofrem os maiores impactos durante a pandemia da COVID 19, pois dentre muitos desafios, a falta de acesso a novas tecnologias mostra-se como um grande problema (CARVALHO; COSTA, 2021, p.129).

No entanto, segundo os profissionais respondentes, os principais recursos utilizados por eles para a realização das atividades remotas foram os seguintes: WhatsApp, Google Meet e a ferramenta Palmas Home School, disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação.

O meio mais utilizado foi o WhatsApp, através de grupos de turma, atendimento individualizado, chamadas de vídeos. Também exploramos chamadas de vídeos através do Google Meet, contatos telefônicos, recursos confeccionados pelas professoras e Ferramenta Palmas Home School oferecido pela Secretaria Municipal de Educação (Respondente P5).

Para tanto, nota-se que esses recursos foram essenciais para que o estudante mantivesse contato com profissionais e professores de forma on-line, tendo em vista que a escola “pode ser muito importante para manter o vínculo social dos estudantes com deficiência e estabelecer um sentimento de pertencimento à um ambiente que fora frequentado presencialmente” (CURY et al, 2020, p.4).

¹⁵ Disponível em: www.unicef.org/brazil

Com relação às práticas disponibilizadas pela escola durante a pandemia – no período de suspensão das aulas presenciais – foi questionado se essas foram suficientes para garantir o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Nessa questão, a maioria dos respondentes apontaram as práticas como insuficientes, porém, uma professora fez a seguinte ponderação:

São válidos todos os esforços dos profissionais, que se dedicaram em manter um vínculo afetivo com as crianças e garantir uma rotina e propostas que viesse de encontro com o desenvolvimento das crianças e estreitasse essa relação de ensino e aprendizagem (Respondente P2).

Por outro lado, uma outra professora que atua no Centro de Educação Inclusiva, fez o seguinte apontamento:

Falta de informação, manejo, tecnologia e o mínimo de formação dos pais e cuidadores, impossibilitou na sua maioria o acesso a aprendizagem acadêmica dos estudantes em geral e principalmente os estudantes público-alvo da Educação Especial. Atendemos muitas crianças dentro do espectro autista e praticamente não conseguimos avançar minimamente nas habilidades sociais e acadêmicas. As crianças típicas em geral retornaram com um enorme déficit e as crianças atípicas (autistas) regrediram em todo o seu desenvolvimento neuropsicomotor de acordo com o esperado para o seu desenvolvimento (Respondente P3).

Conforme relato acima é possível verificar que houve perdas significativas no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes do segmento da Educação Especial e Inclusiva, o qual é resultado das restrições causadas pelo contexto pandêmico.

De forma geral, as respostas das questões abertas foram no sentido de apontar as dificuldades relatadas pela respondente P3, demonstrando que houve um grande retrocesso nesse seguimento durante a pandemia da COVID-19, o qual irá requerer anos de empenho para minimizar todos os danos causados.

Considerações finais

A pandemia da COVID-19 provocou mudanças na rotina em vários setores da sociedade brasileira, dentre eles o setor educacional, que desde o surgimento do vírus passou por várias transformações – do isolamento social, devido ao *lockdown*, à suspensão das aulas – e inúmeras medidas foram adotadas na tentativa de minimizar os impactos causados pela doença. Em virtude de tais fatos, a educação brasileira em todos os níveis e modalidades passou por várias adaptações, uma vez que se instituiu-

se o ensino remoto, gerando grandes desafios tanto para os profissionais que viram sua jornada de trabalho aumentar demasiadamente, quanto para os estudantes e suas famílias, que foram obrigados a adaptar-se a essa nova realidade.

Nesse sentido, o presente estudo objetivou compreender os desafios que a escola pública brasileira vem enfrentando para garantir o direito à educação aos estudantes da Educação Especial e Inclusiva, bem como apontar os principais desafios e dificuldades encarados pela rede de ensino público brasileiro ao atender os estudantes desse segmento no cenário atual. Sendo assim, foi realizada uma pesquisa de campo com profissionais da equipe pedagógica da rede municipal de ensino da cidade de Palmas – TO, no sentido de visualizar, por meio de suas percepções, os principais desafios enfrentados no contexto pandêmico.

Para a realização da análise, foi necessário fazer um recorte temporal a partir dos marcos e normativas voltados à Educação Especial e Inclusiva, desde a década de 1990 à data atual, momento em que se buscou conhecer toda a legislação e o arcabouço teórico que abrange esse segmento.

Outrossim, com base nos dados Censo Escolar 2021 – disponibilizados pelo INEP no início do corrente ano – foi possível fazer um comparativo entre os anos de 2020 e 2021, no qual ficou evidenciado que, embora tenha ocorrido uma acentuada redução no número de matrículas no contexto geral, na educação especial ocorreu um leve crescimento. Todavia, para além da demonstração numérica, buscou-se demonstrar as principais dificuldades e desafios enfrentados pelos profissionais que atuam nessa área, bem como as percepções que tais profissionais tiveram durante esse período de pandemia.

Tais percepções foram apresentadas na última seção dessa pesquisa e por meio delas ficou constatado, segundo relatos apresentados, que foram surgindo inúmeros desafios e dificuldades no caminho, até os profissionais conseguirem desenvolver seu trabalho de forma mais estável.

Fatores como a dificuldade de se trabalhar com o ensino à distância, o atendimento das especificidades de cada estudante, dentre outros, foram relacionados pelos respondentes como um desafio à prática profissional. Por outro lado, no que se refere às barreiras enfrentadas pelos estudantes, constatou-se que fatores como alteração da rotina, falta de acesso à internet e equipamentos como celular e computador foram citados como as maiores dificuldades enfrentadas pelo estudante nesse período.

Destaca-se que, embora a Secretaria Municipal de Educação do município tenha criado uma ferramenta para que fosse mantida a rotina dos estudos durante o período de suspensão das aulas, bem como o uso de outros recursos digitais disponíveis, o que se observou segundo relato de uma respondente, foi que esses recursos não foram suficientes para garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, haja vista que houve perdas significativas no desenvolvimento educacional dos estudantes.

Diante do exposto, observa-se que foi possível responder ao problema de pesquisa, levando-se em consideração que as percepções apresentadas pelos profissionais – mesmo que a nível regional – demonstram as dificuldades e desafios recorrentes nas escolas públicas brasileiras na atual conjuntura.

Cabe ressaltar também que – embora as transformações causadas pela pandemia da COVID-19 tenham afetado de forma significativa o sistema educacional brasileiro, sobretudo na modalidade de educação especial inclusiva, objeto deste estudo – foi possível perceber que o aprimoramento das ferramentas digitais pode ser considerado como um ponto positivo para o trabalho e o ensino. Os progressos tecnológicos durante o período pandêmico foram considerados como um facilitador do trabalho dos profissionais de educação e ao mesmo tempo puderam amenizar as perdas educacionais dos estudantes.

Apesar dos avanços tecnológicos, conclui-se que houve inúmeros retrocessos no processo de ensino-aprendizagem do país e, portanto, é necessário que o Estado brasileiro tenha um novo olhar para a realidade que atualmente se apresenta. É preciso muito empenho governamental na busca para que todos os estudantes possam ter acesso às ferramentas digitais, as quais, na atual conjuntura, são fundamentais para que a realidade educacional seja transformada, em todos os níveis e modalidades do ensino público do país. E, por fim, no âmbito da Educação Especial e Inclusiva, conclui-se que é necessário fortalecer e estimular todas as práticas de combate à exclusão escolar, para que assim seja possível enfrentar todas os desafios resultantes dessa nova realidade social e educacional e recuperar os retrocessos ocorridos nesse período de pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo.

Referências

ACOSTA, Eleuza Gurgel. **Impactos econômicos da Covid-19 nas famílias brasileiras**. Monografia do curso de graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br> Acesso: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CP nº 5/2020**. Reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da covid-19. Diário Oficial da União, Brasília, 2020. 32. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Participação e controle social**. Publicado em 01 jul. 2015. Brasília. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsafamilia/o-que-e/participacao-e-controle-social>. Acesso em: 25 jan. 2022.

_____. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011.

_____. **Lei nº 14.040** de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, 2020^a

_____. **Portaria Nº 343**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou//portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-48564376>. Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. **Medida Provisória Nº 934**, de 1º de abril de 2020a. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das BRASIL. Dados do INEP. Disponível em: Acesso em: 25 dez. 2021.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>). Acesso em: 25 dez. 2021.

CARVALHO, Claudiane Silva; COSTA, Alexandre Bernardino. **Austeridade fiscal em tempos de coronavírus: reflexos da emenda constitucional do teto de gastos públicos no aumento das desigualdades educacionais no Brasil.**

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca – Espanha, 1994. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/>. Acesso: 18 jan. 2022.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso: 02 jan. 2022.

CARDOSO, Marilene da Silva. **Aspectos históricos da educação especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CASTAMAN, Ana Sara; RODRIGUES, Ricardo Antônio. **Educação a Distância na crise COVID – 19: um relato de experiência.** Research, Society and Development, v. 9, n. 6, e180963699, 2020

CURY, Carlos Roberto Jamil; FERREIRA, Luiz Antônio Miguel; FERREIRA, Luiz Gustavo Fabris; REZENDE, Ana Mayra Samuel da Silva. **O Aluno com Deficiência e a Pandemia. Instituto Fabris Ferreira, 2020.** Disponível em: <https://www.issup.net/pt.br>. Acesso: 20 jan. 2022.

GARCIA, Patrícia Mara Almeida et al. **Inclusão Escolar no Ensino Médio: Desafios da Prática Docente.** RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 11, n. esp. 2, p.1000-1016, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br> Acesso: 21 jan. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Valdirene Luiz. **A inclusão de estudantes com TDAH nas turmas de ensino regular: a experiência de um Centro de Ensino Fundamental do Distrito Federal.** Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, v. 6, n. 1, p. 43–52,2019. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov/index.php/comcenso>. Acesso: 23 jan. 2022.

HONORATO, Hércules Guimarães; MARCELINO, Aracy Cristina Kenupp Bastos. **A arte de ensinar e a pandemia da Covid-19: a visão dos professores.** Disponível em: <https://periódicos.unifesp.br>. Acesso: 30 fev. 2021.

LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Disponível em: <https://www.cielo.br>. Acesso: 30 dez. 2021.

MACHADO, Evelcy Monteiro; VERNICK, Maria a Gloria Lima Pereira. **Reflexões sobre a Política de Educação Especial Nacional e no Estado do Paraná.** Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br>. Acesso: 30 jan. 2021.

MENDES, Instituto Rodrigo. **Protocolos Sobre a Educação Inclusiva Durante a Pandemia da Covid-19.** Um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais. 2020.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** São Carlos, SP: UFSCar, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração dos direitos das pessoas deficientes.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em: 01 jan.2022.

_____. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Disponível em: <http://www.un.org/disabilities/convention/conventionfull.shtml>. Acesso em: 01 jan. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2ª edição. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil 2013. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br>. Acesso: 29 dez. 2021.

UNESCO. **Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: Inclusão e educação – Todos, sem exceção.** Paris: UNESCO.

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação.** Disponível em: www.unicef.org/brasil. Acesso: 19 dez. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Edições Almeida, S.A, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo, SP: Cortez, 2007.

Anexo A – Questionário enviado a Equipe Pedagógica

Curso: Especialização em Garantia dos Direitos e da Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente, no âmbito do Programa de Pós – Graduação da Escola Nacional de Socioeducação- ENS, em parceria com a Universidade de Brasília – UNB.

Pesquisadora: Luciene Pereira dos Santos

Orientadora: Prof^ª. Ms. Claudiane Silva Carvalho

Tema da pesquisa: Os Desafios da Educação Especial e Inclusiva da Escola Pública Brasileira em Tempos de Pandemia

QUESTIONÁRIO

Data: ___/___/___:

Unidade Escolar: _____

IDENTIFICAÇÃO

Nome (opcional):

Sexo:

Formação acadêmica: (graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado)

1- Há quanto tempo atua na educação especial?

- () menos de 3 anos
- () de 3 a 5 anos
- () de 6 a 10 anos
- () 12 anos ou mais

2- Que tipo de sala de aula você atua?

- () Classe comum
- () Atendimento Educacional Especializado - AEE

3- A escola que você trabalha dispõe de recursos necessários, como rede de internet, para o desenvolvimento das aulas on-line?

() Sim () Não

4- Em relação ao período de isolamento da Pandemia da COVID-19, quais foram suas principais dificuldades/desafios para desenvolver seu trabalho?

- () trabalhar com os estudantes a distância;
- () estimular a participação dos estudantes;
- () desenvolvimentos de atividades para que todos pudessem participar;
- () Atender as especificidades de cada estudante;
- () O contato com os estudantes e/ou familiares;
- () O trabalho conjunto entre o docente da classe comum e o docente da educação especial;
- () Desconhecer ou ter pouco domínio dos recursos de acessibilidade das plataformas *on-line*.

5- Na sua opinião, quais as principais barreiras encontradas pelos alunos e alunas da educação especial na Pandemia?

- () Alteração da rotina, como a realização de atividades da escola em casa;
- () Falta de mediadores para realização das tarefas;
- () Acesso à Internet;
- () Falta de equipamentos, como celular e computador;
- () Ambiente inadequado para estudo;
- () Material inacessível;
- () ausência de intérprete/tradução de libras

6- Quantos alunos e alunas da Educação Especial estudam nesta Unidade Escolar? E quantos estavam participando com regularidade das atividades propostas durante o período de ensino remoto?

7- Liste quais recursos e estratégias (Atividades impressas, WhatsApp, Google Classroom, Meet, Drive, Facebook, Zoom, Teams, Moodle, *sites* das secretarias de educação ou das escolas, contatos telefônicos e *e-mail*.), você mais utilizou para realização das atividades remotas?

8- Você acha que o ensino remoto e as práticas disponibilizadas durante a Pandemia – no período de suspensão das aulas presenciais – foram suficientes para garantir o processo de ensino aprendizagem dos estudantes? Comente.
